

ACESSO À EDUCAÇÃO

Mães prejudicadas

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) demonstrou que, entre os anos de 2012 e 2022, o número de domicílios com mães solo cresceu 17,8% no Brasil, passando de 9,6 milhões para 11,3 milhões. Ou seja, em uma década, ocorreu um aumento de 1,7 milhão de mães solo nas famílias brasileiras, em especial entre mulheres pretas e pardas.

Além disso, a maior parte das mães solo (72,4%) vive em domicílios monoparentais, sendo compostos apenas por elas e seus filhos. São mulheres que não moram com parentes que teriam o potencial de ajudar nas responsabilidades familiares. No Distrito Federal, o quantitativo de domicílios em que a referência era uma mãe solo, em 2022, chegou a 15,6%.

O estudo também observou que uma parcela expressiva dessas mães não possui ensino superior. Mais da metade possui, no máximo, ensino fundamental completo, e menos de 14% tem graduação.

“O fato de não ter vaga em creches implica diretamente em que a mulher não possa se especializar, fazer uma graduação, uma pós-graduação. E aí ela vai ficando cada vez mais para trás no mercado de trabalho. Quando essa mulher consegue uma vaga numa creche pública, ela vai conseguir amenizar, diminuir a sobrecarga do trabalho de cuidado. Creches particulares são, em sua maioria, para pessoas de classe média alta, que vão conseguir pagar esse valor de mensalidade. Por isso, as mães mais vulneráveis vão sendo jogadas para subempregos. Isso aumenta a precariedade e a jornada de trabalho dessas mulheres”, explica Camila Galetti, socióloga e doutoranda da Universidade de Brasília em teoria feminista.

Outra pesquisa, realizada pela empresa de mobilidade ECA International, demonstrou que os custos dos cuidados infantis aumentaram 6%, somente no ano passado, no mundo todo. No Brasil, com o alto preço das mensalidades, apenas 30% das crianças com menos de três anos estão matriculadas em creches.

A organização concluiu que a alta dos custos com a

Fotos: Arquivo pessoal



Eduarda chegou a ir à Justiça para tentar uma vaga para Sophia — “la resolver toda a minha vida, ia conseguir terminar meus estudos”

educação de crianças pequenas, causada pelo aumento da inflação observado desde a pandemia, e a consequente limitação da força de trabalho feminina têm provocado, por fim, queda em toda a economia.

Oportunidade perdida

Eduarda Lima é uma das 14 mil mães à espera de uma vaga que vêem as portas para inserção profissional se fecharem em função da maternidade.

Aos 18 anos, é mãe de Sophia, de 2. Está na fila por uma vaga em creche pública ou pelo auxílio-creche do GDF há mais de um ano e chegou a ir à Justiça para tentar garantir o direito da criança, mas perdeu a ação.



A socióloga Camila Galetti pesquisa mulheres no mercado de trabalho: creches são importantes para equidade de gênero

Quando engravidou, teve que interromper os estudos. Agora, precisa completar o terceiro ano do ensino médio para conseguir realizar o sonho de cursar uma graduação em enfermagem.

A garota vive no Setor de Mansões de Sobradinho, sozinha, com a filha. A mãe e a irmã não conseguem ajudar no cuidado com Sophia porque trabalham o dia todo — o pai só vê a criança aos fins de semana. Sem condições de arcar com a mensalidade de uma creche particular, Eduarda passou a contar com a ajuda da madrinha de Sophia, sua prima, e, assim, conseguiu uma vaga, pela noite, em um curso técnico de enfermagem que não exigia o diploma de conclusão do ensino básico.

A rotina é puxada: Eduarda deixa a menina com a madrinha em Sobradinho 1 e corre para o trabalho. Pela tarde, busca Sophia e fica com ela até a noite, quando tem que deixar a filha novamente aos cuidados da prima para estudar.

“Se eu conseguisse essa vaga, ia resolver tudo na minha vida! Ia terminar o ensino médio, poderia arrumar um emprego em que receba mais para pagar a faculdade... Eu já até terminei as matérias do curso técnico, só faltam os estágios, estou indo atrás, mas todos que aparecem são para o dia todo”, conta.